



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO – SP.**

**Ref.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO - SP**

**Processo nº 83/2.022**

**Tomada de Preços nº 009/2.022**

**EMENTA: PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO DE  
INÁBILITAÇÃO – OUTROS ASPECTOS.**



A **HY CONSTRUTORA EIRELI - EPP**, CNPJ Nº 31.339.236/0001-80, com sede na Rua Wiron de Paula Gomes, 175, Alto Boa Vista na cidade de Frutal – MG, não se conformando com a decisão desta douta Comissão, vem, por intermédio de sua proprietária, infra-assinado, respeitosamente, à presença de V.Sa. conforme legislação vigente, interpor:

## **RECURSO**

Em face ao ato da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal da cidade de Bebedouro - SP, mediante as razões de fato e de direito que passa a aduzir.

### **I - DAS RAZÕES DO RECURSO**

Do objeto da licitação e aspectos preliminares

Assim vaticina o Edital, Objeto, in verbis:

É objeto desta licitação a Contratação de Empresa Especializada em Engenharia Civil, devidamente cadastrada no CREA, incluindo Profissional Habilitado, para Infraestrutura Urbana - Recapeamento Asfáltico em Diversas Ruas, sendo: Alameda Ipanema, Alameda Vila Velha, Alameda Florcena de Amorim Rímoli, Rua Ilhéus, Alameda Ouro Preto e Alameda Xangri-lá, localizadas no Jardim do Bosque; e Rua Lúcio Sarti, Rua Laudelina da Silva Pupo, Rua Arlindo Pereira da Cunha, Rua José Alves de Azevedo e Rua Moacir Fávero, localizadas no Jardim Canadá, neste Município de Bebedouro/SP.

CONTRA A DECISÃO DESSA DOUTA COMISSÃO, **que julgou inabilitada essa empresa ora denominada recorrente ferindo de morte as Leis vigentes nesse País.**, com a alegação a seguir, senão vejamos:



“A princípio, a Comissão Municipal de Licitação apurou que a empresa licitante: **HY CONSTRUTORA EIRELI - EPP**, não apresentou a Comprovação de Patrimônio Líquido mínimo de **R\$ 141.740,85**, devendo a comprovação ter sido feita relativamente à data limite para apresentação dos envelopes, admitida à atualização para esta data através de índices oficiais, na medida que através dos cálculos feitos na análise do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício em 31/12/2021 apresentados, apurou o Patrimônio Líquido de **R\$ 12.712,47**, devido prejuízos acumulados em exercícios anteriores, o que deixou seu PL inferior ao valor mínimo exigido, descumprindo assim, a exigência constante do **6.4.4.2. do Edital nº 58/2022** da Licitação, bem como, a exigência constante dos **parágrafos 2º e 3º do artigo 31, da Lei Federal nº 8.666/93** e ulteriores alterações”.

No Edital:

6.4.4.2.- Comprovação de Patrimônio Líquido mínimo de R\$ 141.740,85, devendo a comprovação ser feita relativamente à data limite para apresentação dos envelopes, admitida à atualização para esta data através de índices oficiais;

Na Referida Lei:

**Art. 31.** A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

**§ 2º** A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, **a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo**, ou ainda as garantias previstas no § 1º do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado. **Destaquei.**

**§ 3º** O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais. **Destaquei.**



Pois bem, vejamos:

Ocorre que, essa decisão não se mostra consentânea com as normas legais aplicáveis à espécie, como adiante ficará demonstrado.

## **II - AS RAZÕES DA REFORMA**

A Comissão de Licitação ao considerar a recorrente inabilitada sob o argumento acima enunciado, incorreu na prática de ato manifestadamente ilegal.

Senão vejamos:

Conforme dita a Lei 8.666/93 em seu artigo 31, parágrafos 2º e 3º e destacado por essa recorrente, a Administração nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, **a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo**, ou ainda as garantias previstas no § 1º do art. 56 desta Lei, nota-se que **OU**, pode ser um ou outro, nesse caso concreto podemos provar que boa situação econômica da empresa restou comprovada, pois além de demonstrar isso através do balanço patrimonial e índices ainda comprovou através de capital social compatível com o exigido.

Visto que o balanço patrimonial é do exercício ano anterior, e estamos no meio do mês do corrente ano, essa recorrente apresentou alteração contratual, mostrando que no mês de fevereiro de 2022 houve mudança no capital social da empresa, onde em sua cláusula primeira altera o mesmo de 300.000,00 para 600.000,00 totalmente integralizados, o que ultrapassa de longe o exigido por essa administração.

Se não bastasse isso, apresentamos os índices financeiros totalmente compatíveis com o exigido por essa Administração, conforme se faz prova em anexo.

Ainda apresentamos certidão simplificada da junta comercial, demonstrando o capital social de 600.000,00 totalmente integralizado.



Portanto, percebe-se que do ponto de vista contábil o capital social e patrimônio líquido possuem finalidades distintas, porém, verifica-se, desde logo que, numa contratação pública, ambos têm a mesma função, qual seja, a de indiciar a qualidade das finanças e o patrimônio da empresa que será contratada.

Por todo exposto e demonstrado, ao contrário da decisão proferida pela douta e ilibada comissão de licitação, a recorrente encontra-se totalmente HABILITADA, vez que, a mesma, mesmo não tendo atingido o montante exigido por essa Administração de patrimônio líquido, em seu item 6.4.4.2, do Edital, nessa esteira a regra apontada como não cumprida por esta reclamante cai por terra, haja vista, que a comprovação de capital social mínimo por si só atende o que disciplina o item, restou comprovado que seus índices financeiro e capital social são totalmente compatíveis com o exigido pela Administração.

É cediço que a Administração não pode exigir de pretensos licitantes, a qualificação econômica e financeira de maneira objetiva, vez que, tal qualificação será auferida por conjunto de situações e condições que tanto o patrimônio líquido e o capital social demonstram a saúde financeira da empresa ensejadas no art. 31 da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores.

Assim sendo, a decisão por inabilitar a recorrente, vai na contramão aos ditames e requisitos propostos pela Lei, ferindo de morte os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, bem como outros princípios correlatos.

### **III - DA LEGALIDADE**

Inicialmente, cabe destacar que a licitação se encontra subjugada aos princípios básicos, com previsão no art. 30 da Lei 8.666/93, alterada e consolidada, in verbis:



Art. 32 - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

De acordo com o § 10, inciso 1, do art 3, da Lei nº 8666/93, é vedado aos agentes públicos:

1 - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;

É dever do administrador público proteger a Administração e o patrimônio público. Para tal, deve o instrumento convocatório, trazer efetivamente maior segurança ao erário, **sem restringir, desnecessariamente, o caráter competitivo do certame licitatório**. Destaquei.



Em consonância com regramento legal vigente, a recorrente apresentou a documentação necessária para sua habilitação, a nobre comissão de licitação ao inabilitá-la incorreu em gravíssimo erro, haja vista, que a forma na qual foi apresentada a devida documentação relativa à sua habilitação, atende plenamente o regimento do edital susografado, e em nada desqualifica a impetrante, a incorreção da decisão proferida pela douta comissão, vilipendia o direito da mesma, e exclui do processo uma empresa idônea, com capacidade técnico operacional e financeira, em detrimento a um julgamento demasiadamente equivocado.

É bom lembrar aqui o que diz o Saudoso Mestre Hely Lopes Meirelles:

"Na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza, enquanto na Administração privada é possível fazer o que a lei não proíbe."

#### **IV - DO PEDIDO**

Na esteira do exposto, requer-se seja julgado provido o presente recurso, com efeito para que, reconhecendo-se a ilegalidade da decisão hostilizada, como de rigor, admita-se a habilitação da recorrente, já que habilitada a tanto a mesma está.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão, bem como a partir desta data incline - se no sentido da não exigência excessiva e que restringe a ampla participação, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informando, à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93.




Nestes Termos

P. Deferimento

Frutal - MG, aos 22 dias do mês de julho de 2.022.

HY CONSTRUTORA EIRELI – EPP  
KARINA DOS SANTOS PIRILO VASCONCELOS  
PROPRIETÁRIA




 Ministério da Economia Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais			Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)		
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)  <div style="font-size: 1.2em; font-weight: bold;">31600630230</div>		Código da Natureza Jurídica  <div style="font-size: 1.2em; font-weight: bold;">2305</div>		Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio	

**1 - REQUERIMENTO**

**ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais**

Nome: HY CONSTRUTORA EIRELI  
 (da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP  
  
 MGE2200118820

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	223			BALANCO

FRUTAL  
Local

3 FEVEREIRO 2022  
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:  
 Nome: \_\_\_\_\_  
 Assinatura: \_\_\_\_\_  
 Telefone de Contato: \_\_\_\_\_

**2 - USO DA JUNTA COMERCIAL**

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

☐ SIM  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

☐ NÃO    \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
 Data                      Responsável

☐ NÃO    \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
 Data                      Responsável

Processo em Ordem À decisão

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Responsável

**DECISÃO SINGULAR**

<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) <input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se. <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
	□	□	□	□
			____/____/____ Data	_____ Responsável

**DECISÃO COLEGIADA**

<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) <input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se. <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
	□	□	□	□
	____/____/____ Data	_____ Vogal	_____ Vogal	_____ Vogal
	Presidente da _____ Turma			

**OBSERVAÇÕES**



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9156688 em 10/02/2022 da Empresa HY CONSTRUTORA EIRELI, Nire 31600630230 e protocolo 220708347 - 09/02/2022. Autenticação: F054331C7F40C3B5ECDA8D485633F62C6B324AB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/070.834-7 e o código de segurança aMQC Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/02/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

  
 MARINELY DE PAULA BOMFIM  
 SECRETÁRIA-GERAL



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/070.834-7	MGE2200118820	09/02/2022

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
097.428.566-80	KARINA DOS SANTOS PIRILO VASCONCELOS
068.660.066-51	ROMERO SILVA DE MENEZES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



**BALANÇO PATRIMONIAL****HY CONSTRUTORA EIRELI EPP****0151**

RUA WIRON DE PAULA GOMES, 175 - ALTO BOA VISTA - CEP : 38202-042

FRUTAL / MG

CNPJ : 31.339.236/0001-80

Inscrição Estadual : 0032623880093

Local de Registro : Junta Comercial de Mg

Data Registro : 27/08/2018

Número Registro: 31600630230

Período de Movimento : JANEIRO/2021 a DEZEMBRO/2021

Folha: 1

**ATIVO**

CIRCULANTE	14.410,36 D
DISPONIVEL	14.410,36 D
CAIXA	14.410,36 D
CAIXA MATRIZ	14.410,36 D
<b>TOTAL DO ATIVO =====&gt;</b>	<b>14.410,36 D</b>

**PASSIVO**

CIRCULANTE	1.697,89 C
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	1.697,89 C
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	1.697,89 C
INSS A RECOLHER	944,10 C
FGTS A RECOLHER	753,79 C
PATRIMONIO LIQUIDO	12.712,47 C
CAPITAL SOCIAL	300.000,00 C
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	300.000,00 C
CAPITAL SOCIAL	300.000,00 C
PREJUÍZOS ACUMULADOS	343.532,57 D
PREJUÍZOS EXERCÍCIO ANTERIOR	343.532,57 D
PREJUÍZOS ACUMULADOS	343.532,57 D
LUCRO OU PREJUÍZO NO EXERCÍCIO	56.245,04 C
LUCRO NO EXERCÍCIO	56.245,04 C
LUCRO NO PERÍODO	56.245,04 C
<b>TOTAL DO PASSIVO =====&gt;</b>	<b>14.410,36 C</b>

Declaramos sob as penas de Lei que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por elas.

Reconhecemos a exatidão do presente BALANÇO PATRIMONIAL, totalizando tanto no Ativo como na soma do Passivo com o Patrimônio Líquido,

a importância de :

**R\$ 14.410,36 ( Quatorze Mil e Quatrocentos e Dez Reais e Trinta e Seis Centavos )**

FRUTAL/MG, 31 de DEZEMBRO de 2021

ROMERO SILVA DE MENEZES

CONTADOR

C.P.F. :068.660.066-51 RG : MG-12.031.767

C.R.C. :MG-MG104329/O

KARINA DOS SANTOS PIRILO VASCONCELOS

SOCIO

C.P.F. :097.428.566-80



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9156688 em 10/02/2022 da Empresa HY CONSTRUTORA EIRELI, Nire 31600630230 e protocolo 220708347 - 09/02/2022. Autenticação: F054331C7F40C3B5ECDA8D485633F62C6B324AB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/070.834-7 e o código de segurança aMQC Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/02/2022 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 3/7

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2021****HY CONSTRUTORA EIRELI EPP****0151**

RUA WIRON DE PAULA GOMES, 175 - ALTO BOA VISTA CEP : 38202-042

FRUTAL / MG

CNPJ / CEI : 31.339.236/0001-80

Inscrição Estadual: 0032623880093

Local de Registro: Junta Comercial de Mg

Data do Registro: 27/08/2018

Nº do Registro: 31600630230

Período Movimento: JANEIRO/2021 a DEZEMBRO/2021

FOLHA: 1

**Receita Bruta de vendas e/ou serviços****RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS****SERVIÇOS PRESTADOS**

307.983,98

307.983,98

**(=) Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços****307.983,98****(=) Lucro Bruto****307.983,98****(-) Despesas Operacionais****DESPESAS COM PESSOAL / MÃO-DE-OBRA****SALARIOS**

151.676,92

**FERIAS**

1.906,67

**13º SALARIO**

5.301,58

**FGTS**

13.750,28

**RESCISÃO DE CONTRATO**

38.931,63

**MULTAS RESCISORIAS**

2.671,25

214.238,33

**DESPESAS ADMINISTRATIVAS****HONORARIOS CONTABEIS**

4.000,00

**PRO-LABORE**

28.085,50

32.085,50

**DESPESAS TRIBUTARIAS****IRRF - IMPOSTO DE RENDA NA FONTE**

85,75

**SIMPLES NACIONAL**

5.500,86

5.415,11

**(=) Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro****56.245,04****(=) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO****56.245,04**

FRUTAL / MG, 31 de Dezembro de 2021

ROMERO SILVA DE MENEZES

CONTADOR

C.P.F. :068.660.066-51 RG : MG-12.031.767

C.R.C. :MG-MG104329/O

KARINA DOS SANTOS PIRILO VASCONCELOS

SOCIO

C.P.F. :097.428.566-80



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9156688 em 10/02/2022 da Empresa HY CONSTRUTORA EIRELI, Nire 31600630230 e protocolo 220708347 - 09/02/2022. Autenticação: F054331C7F40C3B5ECDA8D485633F62C6B324AB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/070.834-7 e o código de segurança aMQC Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/02/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 4/7



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/070.834-7	MGE2200118820	09/02/2022

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
097.428.566-80	KARINA DOS SANTOS PIRILO VASCONCELOS
068.660.066-51	ROMERO SILVA DE MENEZES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais







## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa HY CONSTRUTORA EIRELI, de NIRE 3160063023-0 e protocolado sob o número 22/070.834-7 em 09/02/2022, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 9156688, em 10/02/2022. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Kelly Cristina Costa Prates.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

### Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
068.660.066-51	ROMERO SILVA DE MENEZES
097.428.566-80	KARINA DOS SANTOS PIRILO VASCONCELOS

### Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
068.660.066-51	ROMERO SILVA DE MENEZES
097.428.566-80	KARINA DOS SANTOS PIRILO VASCONCELOS

Belo Horizonte, quinta-feira, 10 de fevereiro de 2022



Documento assinado eletronicamente por Kelly Cristina Costa Prates, Servidor(a) Público(a), em 10/02/2022, às 07:49 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br) informando o número do protocolo 22/070.834-7.





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM



Belo Horizonte. quinta-feira, 10 de fevereiro de 2022



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9156688 em 10/02/2022 da Empresa HY CONSTRUTORA EIRELI, Nire 31600630230 e protocolo 220708347 - 09/02/2022. Autenticação: F054331C7F40C3B5ECDA8D485633F62C6B324AB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/070.834-7 e o código de segurança aMQC Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/02/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL



## Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial:	HY CONSTRUTORA EIRELI		
Natureza Jurídica:	EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESARIA)		
CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade	
31.339.236/0001-80	27/08/2018	01/08/2018	
Endereço Completo:			
RUA WIRON DE PAULA GOMES 175 - BAIRRO ALTO BOA VISTA CEP 38202-042 - FRUTAL/MG			
Objeto:			
CONSTRUCAO DE EDIFICIOS, FABRICACAO DE OUTROS PRODUTOS DE MINERAIS, FABRICACAO DE PRODUTOS DO REFINO DE PETROLEO, OBRAS DE ALVENARIA, OBRAS DE FUNDACOES, OBRAS DE TERRAPLANAGEM, OBRAS DE URBANIZACAO, RUAS PRACAS E CALCADAS, SERVICOS DE PREPARACAO DO TERRENO, OUTRAS OBRAS DE ACABAMENTO DA CONSTRUCAO, OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL, MONTAGEM DE ESTRUTURAS METALICAS, INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA, INSTALACOES HIDRAULICAS SANITARIAS E DE GAS, INSTALACAO E MANUTENCAO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO DE VENTILACAO E REFRIGERACAO, SERVICOS DE PINTURA DE EDIFICIOS, COMPRA E VENDA DE IMOVEIS PROPRIOS, CORRETAGEM DO ALUGUEL DE IMOVEIS, CORRETAGEM NA COMPRA E VENDA E AVALIACAO DE IMOVEIS E TRANSPORTE RODOVIARIOS DE CARGAS, MUDANCAS E PRODUTOS PERIGOSOS.			
Capital:	R\$ 600.000,00	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte	Prazo de Duração
SEISCENTOS MIL REAIS		(Lei Complementar nº 123, de 2006)	
Capital Integralizado:	R\$ 600.000,00	EMPRESA PEQUENO PORTE	INDETERMINADO
SEISCENTOS MIL REAIS			
Titular			
CPF/CNPJ	Nome	Administrador	Início Mandato
097.428.566-80	KARINA DOS SANTOS PIRILO VASCONCELOS	Sim	01/08/2018
Administrador Nomeado/Início Mandato/Término do Mandato			
CPF/CNPJ	Nome	Início Mandato	Término do Mandato
xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx
Situação: ATIVA		Status: xxxxxx	
Último Arquivamento: 10/02/2022		Número: 9156688	
Ato 223 - BALANCO			
NADA MAIS#			

Belo Horizonte, 13 de Julho de 2022 13:45

MARINELY DE PAULA BOMPIM  
SECRETÁRIA GERAL



22/356.237-8

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG (<http://www.jucemg.mg.gov.br>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C220001856332 e visualize a certidão)



## PLANILHA DE CÁLCULO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA EMPRESA



HY CONSTRUTORA EIRELI  
 CNPJ: 31.339.236/0001-80  
 Rua: Wiron de Paula Gomes, nº 175, Bairro Alto Boa Vista, Frutal/MG, CEP 38202-042  
 Email: hyconstrutora@hotmail.com  
 Fone: (34) 3421-4908 – 99657-4033

NOME	FÓRMULA	CÁLCULO	ÍNDICE
ÍNDICE LIQUIDEZ CORRENTE	AC/PC	14.410,36/1.697,89	8,49
ÍNDICE LIQUIDEZ GERAL	AC+RLP/PC+PCN	14.410,36/1.697,89	8,49
ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO GERAL	PC+ELP/AT	1.697,89/14.410,36	0,12
SOLVÊNCIA GERAL	AT/PC+PNC	14.410,36/1.697,89	8,49

Onde:

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

ELP = Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo Total

PCN= Passivo não Circulante

Frutal, 10 de fevereiro de 2022.

HY CONSTRUTORA EIRELI  
 REPRESENTANTE LEGAL: KARINA DOS SANTOS P. VASCONCELOS  
 CPF: 097.428.566-80

ROMERO SILVA DE MENEZES  
 CPF: 068.660.066-51  
 CRC: MG-104329/O



Prefeitura Municipal de Bebedouro.  
MPA - Módulo de Protocolo e Arquivo

**Comprovante de Protocolo**

 **CONAM**

25/07/2022

**Tipo/Processo:** E - 8918 / 2022

**Data/Hora** : 25/07/2022 - 13:01:44

**Requerente** : HY CONSTRUTORA EIRELI-EPP

**Tel. Contato** : 34 3421-4908

**Usuário** : Gabriela Terra

**Assunto** : PROCESSO

**Departamento** : Protocolo

**Histórico** : PROCESSO N° 83/2.022  
TOMADA DE PREÇOS N° 009/2.022  
A/C DEP. LICITAÇÃO

Prefeitura Municipal de Bebedouro.  
Praça José Stamato Sobrinho, 45 Centro Bebedouro SP 14700000



Prefeitura Municipal de Bebedouro.  
MPA - Módulo de Protocolo e Arquivo

**Comprovante de Protocolo**

 **CONAM**

25/07/2022

**Tipo/Processo:** E - 8918 / 2022

**Data/Hora** : 25/07/2022 - 13:01:44

**Requerente** : HY CONSTRUTORA EIRELI-EPP

**Tel. Contato** : 34 3421-4908

**Usuário** : Gabriela Terra

**Assunto** : PROCESSO

**Departamento** : Protocolo

**Histórico** : PROCESSO N° 83/2.022  
TOMADA DE PREÇOS N° 009/2.022  
A/C DEP. LICITAÇÃO

Prefeitura Municipal de Bebedouro.  
Praça José Stamato Sobrinho, 45 Centro Bebedouro SP 14700000